

INTRODUÇÃO

O período durante o qual Portugal fez parte da Monarquia Hispânica (1581-1640) foi alvo de um grande interesse por parte da historiografia das duas últimas décadas, acabando por se tornar numa das épocas melhor conhecidas da trajectória histórica portuguesa. O presente volume visa, precisamente, fazer um balanço das mais recentes investigações sobre o Portugal dos Áustrias, reunindo parte das comunicações apresentadas nas *V Jornadas Internacionales de Historia de las Monarquías Ibéricas* da Red Columnaria, jornadas essas que se realizaram em Lisboa no final de 2009 e foram organizadas por um conjunto de instituições universitárias.

Entre o momento da *vinculação* de Portugal aos domínios de Filipe II, em 1581, e o 1 de Dezembro de 1640, data em que teve início a *desvinculação* e o regresso de Portugal a uma condição independente, transcorreram seis décadas, durante as quais os portugueses foram sujeitos a uma experiência que, para eles, era inédita: partilhar, com muitos outros povos, o mesmo soberano. Fazer parte de um conglomerado dinástico era algo de relativamente banal na Europa daquele tempo. Para os vassallos da coroa de Portugal, no entanto, a primeira vez que se viram nessa situação foi, precisamente, em 1581, e tal implicou adaptação, desde logo porque tiveram de se habituar à circunstância de contarem com um rei que residia a maior parte do tempo fora do território português, facto que, como se sabe, tinha bastantes implicações políticas. Além disso, os portugueses não demoraram muito a perceber que, doravante, teriam de se mover num universo político muito mais complexo do que aquele a que estavam habituados. Convertidos em vassallos de um «monarca», de um soberano que governava vários reinos, os portugueses passaram a viver lado-a-lado com castelhanos, aragoneses, catalães, valencianos, granadinos, navarros, napolitanos, sicilianos, milaneses, flamengos ou “criollos” das “Índias de Castilla”, povos muito diversos mas que tinham em comum o facto de terem, todos eles, o mesmo senhor.

As investigações reunidas neste volume procuram dar conta da experiência portuguesa no seio da Monarquia dos Áustrias, tendo sido agrupadas em três secções temáticas: em primeiro lugar, *A Monarquia como espaço*

de oportunidades; depois, *Entre a irrelevância e a integração?*; por último, *Tensões e conflitos gerados pela união*. Estas três secções levam em conta os factores que propiciaram a integração de Portugal no universo dos Áustrias, mas também as tensões e os conflitos entre as instituições e os grupos sociais portugueses, por um lado, e, por outro, as autoridades da Monarquia, tanto no âmbito europeu quanto nos territórios ultramarinos de Portugal e de Castela. No seu conjunto, o volume transmite uma imagem aprofundada dos sessenta anos em que Portugal fez parte da Monarquia Hispânica, para além de retratar o papel que os portugueses desempenharam no âmbito político, económico e cultural dos Áustrias.

Alguns dos estudos reunidos neste livro apresentam a Monarquia como um espaço onde era possível actuar como um *continuum*, com movimentos que transcendiam, claramente, as fronteiras político-jurisdicionais. Comunicação e circulação são fenómenos muito presentes, por exemplo, no capítulo dedicado à preparação da visita de Filipe III a Portugal, mas também nas investigações acerca das redes nobiliárquicas, das redes mercantis e financeiras ou, até, do mecenato. Tais estudos demonstram que a transversalidade constitui a melhor forma de captar os fenómenos de articulação e de integração que transcendiam as fronteiras formais da Monarquia, ou que as recoravam de uma maneira e com sentidos que eram muitas vezes conjunturais.

Deste modo, o conjunto de trabalhos apresentado por este volume confirma que a *Monarquia*, como unidade de análise, se reveste de alguns problemas. É certo que as dinâmicas do conglomerado dos Áustrias explicam, em parte, a geografia da circulação de indivíduos e grupos. No entanto, e como demonstra, por exemplo, a análise dos cristãos-novos sediados em Veneza efectuada por Federica Ruspio, os tempos e os espaços da circulação extravasavam frequentemente as fronteiras físicas da Monarquia. E a par do caso de Veneza poderíamos igualmente referir outros semelhantes, como Génova, Livorno, Bordéus, Amesterdão, Hamburgo, etc. No fundo, em vários dos estudos reunidos neste livro é bem patente que o mundo das pessoas não estava forçosamente confinado ao universo da Monarquia. Aliás, ao longo das páginas deste volume assinala-se, por exemplo, que existiu um forte interesse por figuras das artes e das letras portuguesas em Madrid antes de 1581 e depois de 1640. Além disso, são vários os estudos que mostram que as complicitades e/ou as rivalidades luso-espanholas em torno de questões comerciais ocorreram num tempo que era, em grande medida, independente da união ibérica.

No que respeita às dinâmicas de integração de Portugal na Monarquia, uma boa parte dos trabalhos que compõem o presente volume sugere que essa integração se verificou, acima de tudo, naquilo que poderíamos designar de “espaço dos indivíduos”. São vários os estudos que demonstram que os indivíduos e as redes sociais (mono ou multiculturais) eram bastante plásticos nas suas actividades, nas suas trajectórias e nas suas vinculações (inde-

pendentemente da sua natureza), fenómeno que se manifesta no carácter pluricultural, plurinacional e, até, pluriétnico de tais redes. É esse o caso dos indivíduos e dos grupos analisados por Federica Ruspio ou por Nunziatella Alessandrini e, ainda, dos comerciantes de escravos no âmbito atlântico, estudados por Maria Manuel Torrão. Vários dos trabalhos reunidos no presente volume explicam, também, como os indivíduos se apropriavam das instituições, manipulando, em proveito próprio, os recursos que elas detinham.

A Monarquia Católica pode assim ser olhada como um formidável espaço de integração. E tal sucedeu porque, como defendem José Javier Ruiz Ibáñez e Vicente Montojo, o conglomerado dos Áustrias, para além de ter sido capaz de proporcionar múltiplas oportunidades para os indivíduos, forneceu um quadro de referências unificador (religião católica e vinculação ao rei) e, além disso, constituiu o palco adequado para articulações transversais em função de interesses corporativos, económicos, culturais e artísticos.

Assim, numa parte significativa dos estudos reunidos neste volume sobressai, efectivamente, a imagem de uma Monarquia que se assumiu, pelo menos em determinados momentos, como um enorme espaço de oportunidades. À semelhança dos vassalos dos demais territórios do monarca católico, os portugueses aprenderam a tirar partido da Monarquia, embora também seja certo que os seus recursos foram captados pelos vassalos dos domínios dos Habsburgo. Tal sucedeu quer no que respeita às vantagens que as sociedades de acolhimento retiraram da integração de não-naturais, quer no que toca aos cruzamentos multiculturais (portugueses com italianos, com castelhanos, com flamengos, etc.) e às diversas formas que eles assumiram. Refira-se, a título de exemplo, o percurso excepcionalmente bem-sucedido dos Moura Corte Real, estudado por Santiago Martínez, o caso dos matrimónios mistos dos mercadores italianos estabelecidos em Lisboa, descrito por N. Alessandrini, a integração de portugueses nos efectivos militares da Monarquia, tratada por Domingo Centenero, ou, ainda, o impacto das tropas espanholas estacionadas no presídio de Angra, nos Açores, analisado por Jean-Frédéric Schaub. A julgar pelos estudos reunidos no presente volume, as abordagens mais aptas para captar as dinâmicas de integração são as que dizem respeito à dimensão sócio-económica e cultural, um âmbito que também se assume como o principal espaço de acção individual, precisamente porque nele os recursos eram passíveis de serem utilizados de uma forma mais oportunista, mais plástica, mais flexível.

Um outro dado que é comum a quase todos os trabalhos que integram este volume é a constatação da ausência de um plano global da monarquia para o seu conjunto de territórios. Os diversos estudos referem-se sobretudo a iniciativas pontuais, conjunturais e mais ou menos improvisadas, e não propriamente a uma dimensão projectual claramente formulada em termos globais. Além disso, nesses estudos sobressai, acima de tudo, a capacidade

dos indivíduos para desarticular as iniciativas da Monarquia, sem que esta fizesse muito (ou pudesse ou quisesse fazer muito) para contrariar tais iniciativas de desarticulação. É também patente, por outro lado, que os territórios situados nas áreas confinantes dos impérios português e espanhol possuíam, muitas vezes, dinâmicas bastante autónomas (e eventualmente contraditórias) face aos respectivos centros políticos. Trata-se de processos anteriores à entrada de Portugal nos domínios dos Áustrias e que prosseguiram depois de 1640, o que demonstra que a vinculação portuguesa à Monarquia terá sido relativamente irrelevante para algumas dessas dinâmicas de interação. Tal é evidenciado pelos estudos de Manuel Ollé, de Manuel Lobato e de Oscar José Trujillo,

Muito embora tenha dado origem a modalidades multiformes de integração, esta dinâmica de cruzamentos múltiplos também gerou, inegavelmente, dissensão e resistência à integração. As situações de conflito, a julgar pelos trabalhos aqui reunidos, são sobretudo protagonizadas pelas instituições, as quais parecem constituir o espaço mais adequado à organização de resistência e de oposição política.

Os conflitos são estudados por uma parte substancial daqueles que contribuíram para este volume e a dimensão complexa da dissensão é plenamente tida em conta. Stefano Andretta, por exemplo, ao analisar como a integração de Portugal foi olhada em Itália, mostra que o processo deixou sempre uma margem considerável para questionar a pertença e a eventual separação, enquanto Gaetano Sabatini, na sua análise da confraria de Santo António dos Portugueses, demonstra como esta instituição reagiu às tentativas de interferência na sua gestão por parte dos representantes de Filipe IV na Santa Sé. Quanto a María Jordán, assinala que os sonhos, esses olhares oníricos sobre a política, podiam ser sintoma de tensão e de conflito, mas também canal para expressar críticas à situação política e, ainda, para transmitir advertências acerca de uma eventual ruptura da unidade em que assentava o conglomerado dos Áustrias. Já o estudo da visita falhada de Filipe III a Portugal em 1602-1603, realizado por Félix Labrador, apresenta dados que ilustram a crescente desatenção política do monarca em relação à Casa Real de Portugal.

Dos trabalhos que dedicam mais atenção às instituições, porque constituíam a ossatura da individualidade de cada território reinícola, colhe-se a impressão de que estas protagonizaram dinâmicas políticas relativamente autónomas do centro político. No seu conjunto, dir-se-ia que as instituições acabaram por ser mais renitentes à integração do que os indivíduos, em parte porque eram as entidades que realmente encarnavam a forma tradicional ou particularista de fazer a política. Ana Isabel López-Salazar, por exemplo, no seu estudo sobre a Inquisição mostra claramente que tal instituição tendeu a ser mais imobilista do que os indivíduos que em seu torno gravitavam, e tal sucedia mais por razões corporativas do que por causa de sen-

timentos patrióticos. Tal não exclui, no entanto a possibilidade de algumas instituições serem instrumentalizadas pela Monarquia. Como demonstra claramente Fernanda Olival, entidades como as Ordens Militares foram decisivas para o soberano promover ou aprofundar a integração de Portugal. Bruno Feitler sugere um processo similar relativamente às instituições eclesiásticas, ao apresentar as continuidades e as rupturas da política régia em relação à estrutura da Igreja no Brasil. Refira-se também, e a propósito, o contributo de Guida Marques, no qual se confirma que foi o próprio Filipe III quem confiou aos portugueses – em concreto os “naturais” de Pernambuco – a missão de conquistar o Maranhão e o Grão-Pará. Convém lembrar que essa área da América estava claramente situada para além da linha de Tordesilhas e, portanto, em plena área jurisdicional castelhana. Nesse caso, foi a própria cabeça da Monarquia a ordenar aos seus vassallos que não respeitassem a separação entre as duas Américas Ibéricas. De qualquer modo, este episódio também demonstra que, muito embora as instituições fossem em princípio mais renitentes à integração, sem elas era difícil dar corpo a estratégias de conjunto e com sentido unificador.

Seja como for, e em face das investigações reunidas no presente volume, parece evidente que, para formular conclusões mais definitivas sobre as dinâmicas de integração e de conflito no Portugal dos Áustrias, há que estudar, em profundidade, algumas instituições absolutamente vertebradoras e sobre as quais ainda se sabe muito pouco. Dispomos já de alguns estudos acerca da Casa Real, mas instituições tão ou mais decisivas como o Conselho de Portugal, o Conselho da Fazenda, o Conselho da Índia ou o Conselho de Estado, por exemplo, aguardam uma análise comparada e transversal, análise que deverá ter em conta não só o âmbito português mas, também, o conjunto da Monarquia (na linha do estudo de Domingo Centenero acerca da naturalidade dos contingentes militares ao serviço dos Áustrias). Por outro lado, trabalhos como o de Bruno Feitler lembram que a unidade da Monarquia não tinha apenas a ver com estruturas seculares e que a compreensão cabal da ligação de Portugal ao conglomerado dos Áustrias implica olhar para várias outras dimensões, como por exemplo as estruturas eclesiásticas, também elas ainda pouco conhecidas.

Stuart Schwartz, no estudo que encerra este volume, recorda que é importante devolver aos “grupos populares” o protagonismo e a densidade que a historiografia das últimas décadas lhes retirou. Cumpre levar a cabo essa *démarche* com plena consciência do quão problemático é trabalhar com indicadores de pertença nacional e encará-los como expressão de sentimentos partilhados por uma parte representativa da população, sobretudo por se tratar de uma época em que a coexistência de múltiplos vínculos e de quadros de identidade estava longe de ser um dado problemático, e em que a «nação» não era o elemento de pertença mais valorizado, convivendo com outras formas de inserção, como a fidelidade dinástica, o fervor religioso e a inclusão em comunidades onde a naturalidade não era critério de pertença.

Concretizar a pertinente proposta de S. Schwartz implica efectuar um estudo das modalidades de mobilização da população no contexto do Antigo Regime e implica, também, estudar os processos de politização dos sentimentos nacionais e a sua instrumentalização, por exemplo por sectores da Igreja, na linha dos trabalhos de João Francisco Marques sobre os pregadores e o seu papel de mobilização colectiva.

A estas perspectivas de investigação poder-se-ia juntar outras, como por exemplo o estudo mais aprofundado das formas de dissidência, sua natureza, suas motivações e objectivos; a comparação entre manifestações de protesto na Europa e nos territórios extra-europeus; a análise de temas como a xenofobia e o protesto popular, a fim de compreender qual o peso do sentimento nacional na génese e no desenvolvimento destes movimentos; e, ainda, conferir um papel de ‘sujeito’ efectivamente actuante, no quadro da Monarquia, aos grupos “subalternos” da Europa e aos indígenas dos territórios americanos, africanos e asiáticos que estavam sob a alçada dos Áustrias.

Por fim, cumpre reconhecer que a organização das *V Jornadas Internacionales de Historia de las Monarquías Ibéricas*, assim como a publicação deste volume não teriam sido possíveis sem a parceria de várias instituições universitárias e de investigação. Agradece-se, por isso, o apoio da Red Columnaria (Red temática de investigación sobre las fronteras de las monarquias ibéricas), mas também do CHAM (Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores), do CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora), do GHES (Gabinete de História Económica e Social da Universidade Técnica de Lisboa), do Dipartimento di Studi storici, geografici e antropologici dell’Università degli Studi di Roma Tre, da Área de Historia del Pensamiento Político da Universidad de Murcia e da École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris.

PEDRO CARDIM, LEONOR FREIRE COSTA
e MAFALDA SOARES DA CUNHA